



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Excelentíssimo Senhor
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues
Presidente da Assembleia da República

Of. n.º 127/3.ª CDN/2016

16-12-2016

Assunto: Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão AFET do Parlamento Europeu – Bruxelas, 8 de novembro de 2016

Para os efeitos tidos por convenientes, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação da Delegação da Assembleia da República, na reunião Interparlamentar organizada pela Comissão AFET do Parlamento Europeu que se realizou em Bruxelas, no dia 8 de novembro, na qual participou o Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Deputado Miranda Calha (PS).

Solicito a Vossa Excelência, dado o interesse do Relatório, que, se assim o entender, promova o seu envio ao Governo, para conhecimento.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da Comissão,

(Miranda Calha)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Relatório da Participação da Assembleia da República na
Reunião Interparlamentar sobre**

“Estado da Arte da Política Externa e de Segurança Comum”

(Parlamento Europeu, Bruxelas, 8 de novembro de 2016)

Composição da Delegação

Integrou a Delegação da Assembleia da República o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Deputado Miranda Calha (PS), o Senhor Deputado José Cesário (PSD) - membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) - membro da Comissão de Assuntos Europeus.

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Maria João Costa.

Enquadramento

A Comissão de Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu (PE) organizou uma reunião interparlamentar com a presença dos Parlamentos nacionais para debater o estado da arte da Política Externa e de Segurança Comum através do debate do projeto de relatório da Comissão e da audição da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, bem como para troca de opiniões sobre a situação na Bósnia-Herzegovina e na Ucrânia e para audição do Embaixador dos Estados Unidos junto da UE sobre a cooperação UE-EUA¹.

¹ Documentos disponíveis em: <http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/meetings.html>



Da Reunião

Dirigiu os trabalhos o Presidente da Comissão AFET, Elmar Brok (PPE), que começou por acolher os representantes dos Parlamentos Nacionais, dando conta do programa da reunião².

- ***Intervenção da Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, sobre a implementação da Estratégia Global da UE***

A Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, iniciou a sua intervenção referindo que se iria centrar na implementação da Estratégia Global da UE, agradecendo os contributos dos Parlamentos nacionais e do parlamento Europeu, mas referindo que o seu papel não termina nessa fase e que continua a ser relevante na fase de implementação.

Após a apresentação da Estratégia Global no Conselho Europeu de junho, considerou que a implementação tem sido preparada, desde então, nas diferentes áreas da Estratégia. Relativamente a prioridades, a primeira prende-se com a consolidação da resistência e da resiliência dos países vizinhos a Leste e Sul. No entanto, envolve também áreas para lá dessas, em especial, África. Referiu que neste âmbito pretende-se colaborar para a criação de estruturas, que garantam no futuro condições de desenvolvimento. Elencou como segunda prioridade o reforço da ligação entre políticas internas e externas, referindo as questões ligadas às migrações e terrorismo. A terceira prioridade referida prende-se com a revisão das várias estratégias existentes, referindo que várias delas nunca foram aplicadas, têm lacunas ou encontram-se desajustadas, pretendendo-se assim criar uma lógica integrada entre todas. A quarta prioridade passa pela melhoria da comunicação dos valores e das políticas europeias.

² Gravações em vídeo da reunião disponíveis em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20161108-0900-COMMITTEE-AFET> e
<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20161108-1500-COMMITTEE-AFET>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Finalmente, aludiu à Estratégia de implementação da Defesa, que sublinhou estar a ser debatida pelos 28 Estados-Membros e que as decisões devem ser tomadas por unanimidade. Considerou que este é o momento ideal para tomar medidas com vista a garantir a segurança dos cidadãos e da Europa, porque é também essa a ambição dos cidadãos. Recordou que o Tratado de Lisboa tem um conjunto de mecanismos, que permitiriam à UE agir, mas que ainda não foram utilizados, pelo que defendeu que um primeiro passo é utilizar os mecanismos existentes.

Relativamente à Estratégia de Implementação da Defesa, defendeu que se pretende que seja um plano de operações, que permita transformar em atos, as políticas. Defendeu que é necessário definir o nível de ambição, que passa por 3 objetivos principais: (i.) consolidar as capacidades dos nossos vizinhos e dos nossos parceiros mais frágeis; (ii.) responder às crises externas; (iii.) proteger a União e os seus cidadãos.

Esclareceu, de seguida, que não se trata de defender uma defesa coletiva, nem de construir um quartel-geral e que não está em cima da mesa a criação de um exército europeu. No entanto, realçou que existem outras formas de proteger a Europa e deu como exemplo o investimento em desenvolvimento nos países do Sahel, na Nigéria - como formas de indiretamente promover a segurança na Europa. Realçou que não existe uma ameaça que seja feita a um Estado-Membro, que não seja a todos e que investir na política externa tem impacto na segurança interna.

Acrescentou ainda que esta Estratégia de Implementação implica obviamente trabalhar em conjunto com os parceiros da UE: ONU e NATO. Referiu ainda que, neste domínio, é muito importante implementar a declaração UE-NATO, que identifica um conjunto de áreas sobre as quais é fundamental trabalhar de forma concertada.

Aludiu ainda a que a Estratégia incluirá propostas ao nível, nomeadamente, do aprofundamento da cooperação em matéria de defesa, do ajustamento de estruturas, mecanismos e instrumentos financeiros e da concretização dos “battlegroups”. Referiu também que a Estratégia terá a possibilidade de ser revista regulamente, aludindo a um semestre europeu de defesa, mas sem concretização.

Concluiu a sua intervenção referindo que o “soft power” faz parte do poder da UE, mas que por si só não resolve todas as crises. Defendeu a conjugação de “soft power” com “hard power” como a melhor forma de garantir a segurança da UE.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No período de debate, uma das primeiras intervenções coube ao Senhor Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional, **Deputado Miranda Calha (PS)**, que aludiu à Europa da Defesa considerando importantes os melhoramentos já efetuados no âmbito do investimento na indústria, no entanto, aludiu à dúvidas que persistem sobre os “battlegroups” e sobre a possibilidade de serem construídos quartéis que concorram com as estruturas existentes da NATO. No final da sua intervenção solicitou esclarecimentos sobre o Fundo para a Defesa e sobre a Política Comum de Segurança e Defesa no quadro da saída do reino Unido.

Intervieram ainda diversos parlamentares dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, que abordaram os seguintes temas: investimento na inovação e indústria de defesa (Senado e Câmara dos Deputados de Itália); a situação na Turquia e a relação UE-Turquia (Senado de Itália, Câmara dos Deputados da República Checa e Assembleia da Bulgária e os seguintes Deputados ao Parlamento Europeu, Charles Tannock, Sabine Lösing, Jean-Luc Schaffhauser, Javier Couso Permuy e Marie-Christine Vergiat); a construção do “nordstream 2” e o impacto para a segurança energética (Parlamentos da Suécia, Bulgária e Lituânia e o Deputado ao Parlamento Europeu Marek Jurek); a situação na Ucrânia e a implementação dos acordos de Minsk (Câmara dos Deputados da República Checa e os seguintes Deputados ao Parlamento Europeu, Jean-Luc Schaffhauser e Petras Austrevicius); financiamento da Estratégia de implementação de segurança e defesa e das forças da UE (Deputados ao Parlamento Europeu Knut Fleckenstein e Georgios Epitideios); o papel da UE na resolução do conflito Israelo-palestiniano (Deputado ao Parlamento Europeu Gilles Pargneaux); o acesso às rotas marítimas e a importância dos oceanos (Deputada ao Parlamento Europeu Neena Gill).

Ainda no período de debate interveio o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)**, que aludiu à importância de África no contexto da política externa e sobretudo da África subsariana. Apoiando a intervenção da Alta Representante, afirmou ser inútil investir em segurança sem desenvolvimento, no entanto, é necessário ponderar que modelo de cooperação económica se pensa desenvolver em África. Considerou que o paradigma assente no financiamento de ONGs tem tido poucos resultados e que é necessário apoiar as empresas locais e o investimento de empresas multinacionais.

A Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, tomou a palavra



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

para começar por referir que não existe nenhuma reflexão em curso para a construção de novas infraestruturas, no entanto, recordou que 17 missões da UE são geridas por 5 quartéis do espaço europeu. De igual modo, referiu que não se pretende concorrer com a NATO, mas sim partir do que existe para garantir mais eficácia e mais racionalidade. Relativamente aos investimentos em defesa e tecnologia, referiu que a Comissão Europeia irá adotar um Plano de Ação, no final de novembro, com vista a apoiar o investimento em indústria de defesa.

Em resposta a alguns comentários, sublinhou que a Estratégia de implementação irá depender da ambição dos Estados-Membros e que isso é válido para aprofundar a cooperação reforçada, mas também para dar um verdadeiro impulso à defesa europeia. Recordou que a maior parte das questões são questões nacionais, pelo que devolveu algumas questões aos parlamentares dos Parlamentos nacionais, referindo que a UE será, também na Defesa, aquilo que os Estados-membros quiserem.

Aludiu à situação na Turquia e referiu que é necessário empenhamento de todos, tanto do lado europeu, como do lado turco e, em especial, no interior da Turquia. Relativamente ao conflito Israelo-palestiniano, referiu que a regionalização da questão pode colaborar para uma solução e que a UE tem trabalhado e apoiado a iniciativa francesa, o quarteto e a liga árabe. Considerou ainda que a mais-valia da UE nesta questão é a sua capacidade de dialogar com ambas as partes.

Relativamente ao “nordstream”, considerou que a declaração dos Estados-membros foi muito clara e que a opção passou por manter a Ucrânia como local de passagem e esta é a posição da UE. Sobre os oceanos, sublinhou a sua importância no contexto da segurança marítima. Abordou, de seguida, sucintamente as relações com a América do Sul e América latina, sublinhando o acordo histórico com Cuba, mas também as relações com a Colômbia e Venezuela. Aludiu ainda à nova estratégia relativa às relações com a China.

A terminar mencionou a questão das migrações e África, tendo enfatizado a importância de contribuir para construir a resiliência dos países em África e concordou com a necessidade de mobilizar as empresas para investir em África. Acrescentou que juntamente com a política relativa às alterações climáticas, a política externa europeia está a tentar encontrar soluções para as migrações económicas, mas é necessário que as políticas internas acompanhem este esforço e considerou que a partilha de repartição de responsabilidades na UE está aquém do desejado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Concluiu, reiterando o agradecimento a todos por colaborarem para uma visão global da presença da UE.

- ***Intervenção do Membro da Presidência da Bósnia-Herzegovina, Bakir Izetbegovic***

O Membro da Presidência da Bósnia-Herzegovina, Bakir Izetbegovic, fez uma intervenção inicial sucinta, traçando o quadro da situação na Bósnia-Herzegovina e as dificuldades existentes entre as entidades. Defendeu como prioridade da política do país a adesão da à União Europeia, ainda que reconhecendo que existe um longo percurso a trilhar. Aludiu ao Relatório da Comissão Europeia sobre o seu país, sublinhando o reconhecimento pelos progressos alcançados.

No período de debate, foram suscitadas várias questões relacionadas com a independência do poder judicial e os recentes processos judiciais sobre crimes de guerra em que os arguidos são todos croatas bósnios e o reflexo nas relações com a Croácia (nomeadamente, Miro Kovac - Parlamento da Croácia e Deputado ao Parlamento Europeu Jozo Radoš), bem como relativamente às relações com a Rússia e com a Turquia (Deputados aos Parlamento Europeu Christian Dan Preda e Knut Fleckenstein). Karel Schwarzenberg (Câmara dos Deputados da República Checa) e o Deputado ao Parlamento europeu Michael Gahler questionaram a viabilidade do acordo de Dayton nas atuais circunstâncias e se não seria oportuno um processo constituinte, que regulasse as relações entre os diferentes povos e entidades. O Deputado ao Parlamento Europeu Christian Dan Preda lamentou ainda que a cooperação entre o Parlamento Europeu e o Parlamento da Bósnia ainda fosse uma realidade.

Em resposta aos comentários e questões colocadas, Bakir Izetbegovic, referiu que a influência da Rússia está a crescer em termos globais e também na região dos Balcãs, sendo que considerou ser uma evolução preocupante. Relativamente à Sérvia, considerou um sinal positivo que tenha existido uma opção pela via europeia, o que é relevante para a região e para os vizinhos. Aludiu então à situação na República Srpska, que referiu ser uma entidade com direitos próprios e que tendencialmente poderão aumentar, no entanto, excluiu qualquer possibilidade de independência. No



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

que diz respeito aos crimes de guerra e, em especial, aos processo judiciais agora iniciados explicou que existe muita informação sobre grupos armados que atuaram no período da guerra e que, com os recursos existentes, as investigações dos vários crimes relatados são lentas. Abordou então a questão religiosa, referindo que não existe uma religião de estado, mas sim uma maioria da população que é islâmica, no entanto, referiu que têm sido construídas e reconstruídas igrejas e mesquitas, incluindo uma catedral e uma grande mesquita. Abordou então a questão da Croácia, defendendo as boas relações entre a Bósnia-Herzegovina e a Croácia. Finalmente, considerou que não seria prudente iniciar um processo constituinte neste momento, pois é necessário primeiro debater as instituições existentes e trabalhar com o que existe.

- ***Debate sobre o projeto de Relatório sobre a implementação da Política Externa e de Segurança Comum***

O Presidente da Comissão AFET, Elmar Brok (PPE), apresentou o projeto de relatório da sua autoria, referindo os diferentes desafios que se colocam à UE e manifestando a sua concordância com o Roteiro de Bratislava relativamente ao desenvolvimento de um plano de segurança e defesa da UE. Considerou ser muito positivo a disponibilidade dos Estados-Membros para avançar na implementação de alguns mecanismos previstos no Tratado de Lisboa, mas que nunca tinham sido implementados. Relativamente à existência de quartéis próprios da UE, defendeu esta solução por considerar importante a coordenação das operações. Defendeu a necessidade de revisão do Mecanismo Athena de financiamento da segurança e da defesa europeia, referindo que os Estados-Membros gastam cerca de 200 milhões de euros em Defesa, o que corresponde a mais do que a Rússia, e os Estados-membros em conjunto têm mais soldados que os EUA, mas os resultados ficam aquém. Ainda que considere importante que os Estados-Membros atinjam o limiar de 2% de despesa orçamental na área da Defesa, considerou que o mesmo deve ser conseguido em simultâneo com mais coordenação e mais sinergias, de forma a rentabilizar o investimento. Concluiu defendendo mais integração europeia na área da defesa e o aprofundamento da colaboração entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No período de debate, existiram várias intervenções que demonstraram concordância com o projeto de relatório. No entanto, foram identificados aspetos que careciam de melhoramentos, nomeadamente, a questão do financiamento da Defesa (Deputados do Parlamento Europeu), o desarmamento e controlo das exportações (Deputados do Parlamento Europeu), a colaboração com a Turquia no contexto da crise de refugiados e migratória (Parlamento da Áustria, Parlamento da Eslováquia, Câmara dos Deputados da República Checa e Deputados ao Parlamento europeu) e a importância de ter os direitos humanos e a diplomacia da paz como vetores da Política Comum de Segurança e de Defesa (Senado de Espanha).

O **Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)** começou por aludir, em geral, ao projeto de relatório, referindo tratar-se de um importante documento, que reafirma um conjunto de matrizes estruturais no projeto europeu. Demonstrou a sua concordância genérica com o projeto de relatório, acrescentando que tenta consensualizar aquilo que são as principais ameaças, os princípios essenciais e os objetivos da ação da União. No entanto, lamentou que o projeto de relatório não espelhasse as lições aprendidas em função das experiências passadas e ignorasse as perspetivas contrastantes e contraditórias que existem no seio da União relativamente a uma diversidade de temas, desde a Política Comum para a Segurança e Defesa à questão migratória. Acrescentou ainda que não é possível hard power sem uma verdadeira vontade política e questionou se ela existe realmente. De igual modo, o documento não reflete as lições que se deveria retirar do modo como alguns Estados-membros, que mesmo atuando individualmente comprometem a UE, aludindo à atuação na Líbia.

O Presidente da Comissão AFET terminou o debate, agradecendo os comentários e comprometendo-se a integrá-los no Relatório. Deixou uma última nota, para referir que mais do que declarações políticas é necessário perceber se os Estados-membros estão disponíveis para concretizar o “hard power”, isto é, em enviar soldados para zonas de conflito. Enquanto não estiverem, não haverá uma verdadeira política de defesa europeia.



- ***Intervenção do Embaixador dos Estados Unidos da América junto da UE, Anthony L. Gardner***

O Embaixador dos Estados Unidos da América junto da UE, Anthony L. Gardner, começou por aludir à sua confiança no projeto europeu e na importância da cooperação entre os Estados Unidos da América e a União Europeia. Aludiu aos desafios comuns, referindo que independentemente do resultado das eleições nos Estados Unidos da América, a parceria transatlântica é fundamental para garantir a estabilidade mundial. De igual modo, aludiu à sua confiança na capacidade da União Europeia responder à saída do Reino Unido, mantendo a viabilidade do projeto europeu.

Relativamente à Rússia, considerou fundamental manter uma postura atenta perante uma Rússia “agressiva”, considerando que a linha da frente da estratégia do Kremlin é a Ucrânia, mas também aludiu às campanhas de desinformação, aos financiamentos de partidos políticos europeus e à intervenção em vários países. Considerou fundamental manter as sanções e manter a pressão sobre a Rússia.

De seguida, aludiu à situação na Síria, criticando o apoio da Rússia ao regime e argumentando que é essencial terminar com o conflito, mas até lá continuar a apoiar as populações e os refugiados.

Mencionou o Acordo de Paris como uma aposta para garantir o futuro, bem como o compromisso dos Estados Unidos da América de manter negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). Por último referiu o progresso na regulamentação da troca de dados entre os Estados Unidos da América e a União Europeia.

Seguiu-se um debate no qual foi sublinhada a importância das relações entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, várias alusões ao TTIP e às eleições nos Estados Unidos da América. Foi ainda referida a cooperação no âmbito da NATO e a Estratégia Global da União Europeia, bem como o plano de implementação da estratégia na área da segurança e da defesa. Por último, foram suscitadas questões sobre as relações com a Rússia e sobre a Ucrânia e, em especial, a manutenção do embargo de armas à Ucrânia.

O Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América fez uma intervenção na qual aludiu ao crescimento do populismo em ambos os lados do Atlântico, ao TTIP –



referindo que é muito cedo para avaliar a solução sobre o mecanismo de resolução alternativa de litígios, à Rússia – reiterando que existem partidos políticos europeus a serem financiados pela Rússia e que esta tem uma postura muito próxima da que detinha antes da queda do muro, à defesa europeia – sublinhando a importância da cooperação, mas também que os Estados-Membros da EU possam cumprir os compromissos financeiros assumidos no quadro da NATO. A terminar a sua intervenção aludiu à situação da Ucrânia e ao sentimento europeu que aí se vive, incentivando a União Europeia a corresponder às expectativas do povo ucraniano relativamente ao projeto europeu.

- ***Intervenção da Vice-Primeira-Ministra da Ucrânia para a Integração Europeia e Euro-Atlântica, Ivanna Klympush-Tsintsadze***

A Vice-Primeira-Ministra da Ucrânia, Ivanna Klympush-Tsintsadze, começou por aludir à importância do Acordo de Associação com a União Europeia, ainda que referindo que este acarreta um conjunto significativo de desafios para a Ucrânia, mas que representa também um símbolo de que a revolução teve uma consequência e que existe um futuro. Manifestou a sua preocupação relativamente ao resultado do referendo nos Países Baixos, ainda que tendo considerado que a Ucrânia está disponível a renegociar algum aspeto que permita a total implementação do acordo, e considerou que a Ucrânia se encontra a pagar um preço elevado pela sua opção europeia. Aludiu de seguida à guerra híbrida em curso, cujo esforço de guerra consome 5% do PIB, mas que tal não tem impedido de introduzir importantes reformas estruturais, tendo referido alguns dados que o demonstram. Referiu ainda a luta contra a corrupção em diversas áreas. De seguida abordou a questão do Plano de Vistos, referindo que a Ucrânia cumpriu 144 requisitos, pelo que é expectável que os vistos possam a ser uma realidade. A terminar apelou a que a Europa não capitulasse perante a Rússia e que continuasse a apoiar a Ucrânia.

No debate que se seguiu, os Deputados ao Parlamento Europeu expressaram o seu apoio à Ucrânia, referindo que a maioria dos Deputados concorda com a liberalização dos vistos dado que a Ucrânia cumpriu todos os requisitos. No entanto, foram também referidas preocupações sobre a existência de salários em atraso e sobre as reformas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

no ensino. Foi ainda questionado o impacto da propaganda e falsa informação russa na população ucraniana. Por último, vários Deputados mencionaram a oposição ao “nordstream 2” e suscitaram preocupações sobre a segurança energética.

A Senhora Vice-Primeira-Ministra respondeu, de seguida, às questões colocadas, tendo aproveitado para tecer alguns comentários e reiterado as medidas tomadas no combate à corrupção.

O Vice-Presidente da Comissão AFET, Javier Couso Permuy, finalizou, de seguida, os trabalhos, agradecendo os contributos de todos os presentes, em especial, os Deputados dos Parlamentos nacionais.

Assembleia da República, 30 de novembro de 2016

P' Delegação da Assembleia da República,

Deputado Miranda Calha

